



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2011 (Do Sr. ANTONIO IMBASSAHY)

Reitera a solicitação de informações ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, acerca da lisura e de possíveis prejuízos causados a Furnas Centrais Elétricas S.A. pela decisão de adquirir ações da empresa Oliveira Trust Service.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, arts., 115, Inciso I e 116, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, sejam **reiteradas as informações solicitadas em 27 de abril de 2011**, ao Senhor Jorge Hage, Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União - CGU, por meio do Ofício 1ª Sec/RJ/E nº 827/2011, com o encaminhamento de cópia de inteiro teor dos pertinentes autos na forma em que se encontram até o presente momento, que versam sobre suposta ilicitude envolvendo a compra de ações da empresa Oliveira Trust Service, por parte da estatal Furnas Centrais Elétricas S.A., com prejuízo financeiro para os cofres da estatal, conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

JUSTIFICAÇÃO

Furnas S.A., como uma das subsidiárias do grupo Eletrobras, opera hoje doze usinas hidroelétricas e duas termoelétricas, possuindo mais de 19.000 km de linhas de transmissão, atendendo a 51% das residências brasileiras e tendo sob sua responsabilidade como concessionária, cerca de 65% do PIB brasileiro.

São indicadores superlativos que emprestam relevância à atuação da estatal no papel de indutora do desenvolvimento do País nos segmentos de geração e transmissão e que por essa razão, deveriam elevá-la a um patamar condizente com a responsabilidade advinda desses indicadores, tornando-a modelo de gestão profissional, capacidade intelectual internalizada e resultados à parte da sociedade brasileira a qual ela abastece com seus serviços.

No entanto, não é isso o que vem sendo verificado, pelo menos desde 2003, quando inspeção da Agencia Nacional de Energia Elétrica – Aneel, à época, detectou problemas nas linhas de transmissão de Itaipu, sob a responsabilidade técnica de Furnas, notadamente sobre a obsolescência de seus equipamentos e que poderiam resultar a médio e longo prazo em um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

blecaute de grandes proporções, o que efetivamente se materializou em novembro de 2009, quando 18 estados brasileiros sofreram um intenso apagão, que resultou na aplicação pela Aneel de multa no valor de R\$ 54 milhões à estatal, posteriormente reduzida para R\$ 44 milhões.

Desnecessário dizer que ao pagar a multa nesse alto valor, o prejuízo causado à empresa decorrente de seu frágil modelo de gestão e a sua deficiente capacidade operacional, se estende também a todos os contribuintes que são forçados a bancar suas falhas na forma do recolhimento de impostos e de elevados tributos e encargos setoriais que incidem sobre esse setor.

Nesse sentido, causou-nos, mais uma vez, grande preocupação matéria veiculada no Portal do jornal O Globo, no dia 01/02/2011, sob o título “**CGU vai investigar compra de ações por Furnas**”. Diz a matéria:

BRASÍLIA - A Controladoria Geral da União (CGU) decidiu abrir investigação para apurar supostas irregularidades na decisão da estatal Furnas Centrais Elétricas de comprar ações da empresa Oliveira Trust Service. Sete meses depois de abrir mão do direito de preferência pelas ações da Service, Furnas comprou parte da empresa por R\$ 73 milhões a mais que o valor inicial da companhia conforme noticiou O GLOBO na semana passada. As ações da Service, que estavam avaliadas em R\$ 6,9 milhões, subiram para R\$ 80 milhões em menos de um ano.

Em nota divulgada na terça-feira, a direção de Furnas negou qualquer irregularidade. Segundo a estatal, a Service se valorizou depois de receber um aporte de capital de R\$ 75 milhões. Mas as explicações não foram consideradas suficientes pela Controladoria. Na segunda-feira, o ministro Jorge Hage determinou à Secretaria de Controle Interno, uma das estruturas da Controladoria, que faça uma auditoria nos contratos firmados por Furnas e que estão sendo alvo de denúncias.

A análise deve começar esta semana. Hage não estabeleceu prazo para a conclusão da apuração. Mas deixou claro que gostaria de pôr a questão em pratos limpos o mais cedo possível. As acusações estão no centro da disputa pelo controle da estatal entre petistas e o grupo do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Em meio à confusão, o secretário municipal de Habitação do Rio, Jorge Bittar (PT), enviou um relatório sobre as supostas irregularidades ao ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio.

O documento teria sido preparado por servidores da estatal descontentes com a administração da empresa. Esta não é a primeira vez que Furnas é alvo de graves denúncias. Em 2005, no auge do escândalo do mensalão, a Polícia Federal abriu inquérito para investigar denúncias de que a estatal estaria sendo usada para financiar campanhas eleitorais. Os repasses seriam feitos a políticos por empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer equipamentos a Furnas.

Um dos alvos da investigação era Dimas Toledo, um dos ex-diretores da estatal. A polícia também tentou investigar supostas irregularidades na contratação de servidores terceirizados. Mas nenhuma das frentes de investigação foi levada adiante. Um dos delegados que acompanhou de perto os inquéritos disse que a polícia não teve condições de aprofundar a investigação porque a Justiça Federal no Rio de Janeiro rejeitou boa parte dos pedidos de quebra de sigilo e de busca em endereços dos investigados. As investigações estavam centralizadas em Brasília. Depois foram transferidas para a Polícia Federal e o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Desta forma, considerando as informações contidas no Ofício nº 14.615/2011/GM/CGU-PR, encaminhado no dia 31 de maio de 2011, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União – Interino, Luiz Navarro de Britto Filho, sem manifestação conclusiva, **e depois de transcorrido o prazo constitucional**, no sentido de estar a CGU realizando ação de controle em Furnas, não concluída ainda, com escopo na solicitação original por mim apresentada, é que reitero seja encaminhada a esta Casa, **cópia de inteiro teor do pertinente processo com as ações efetuadas até o presente momento**, de forma a possibilitar o desempenho de nossas atribuições constitucionais de continuar acompanhando, *pari passu* as ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 06 de julho de 2011.

DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA